

## **POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

**2025**

## FOLHA DE CONTROLE

Título	Política Anticorrupção
Política institucional	Política <i>Anticorrupção</i>
Área responsável	<i>Compliance</i>
Data de aprovação	30/06/2022
Data da última revisão e atualização	03/09/2025
Motivo da atualização	Inclusão AZ Quest Consultoria
Abrangência	<p>AZ Quest Holdings S.A. (CNPJ/ME: 41.667.352/0001-82)</p> <p>AZ Quest Investimentos Ltda. (CNPJ/ME: 04.506.394/0001-05)</p> <p>AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda. (CNPJ/ME 21.676.427/0001-84)</p> <p>AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30)</p> <p>AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01)</p> <p>AZ Quest Panorama Ltda. (CNPJ/ME nº 37.783.771/0001-02)</p> <p>AZ Quest Prev Ltda. (CNPJ/ME nº 59.312.965/0001-62)</p> <p>AZ Quest Consultoria Ltda. (CNPJ/ME nº 62.081.185/0001-63)</p>
Procedimentos e documentos relacionados	<p>Lei nº 12.846/2013.</p> <p>Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.</p> <p>Resolução CVM 21 de 25 de fevereiro de 2021.</p>

## **Introdução**

As regras descritas nesta política, bem como nas normas internas e na legislação aplicável às empresas AZ QUEST<sup>1</sup>, devem ser cumpridas por todos os acionistas, diretores, analistas, representantes, estagiários ou jovens aprendizes (“Colaboradores”). Todos devem ter ciência do conteúdo disposto.

Esta Política Anticorrupção (“Política”) estabelece os preceitos necessários, de acordo com as leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora administrativamente e civilmente pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e Colaboradores que atuem em nome da sociedade.

## **Compromisso Ampliado de Integridade**

A AZ QUEST compromete-se a manter seu Programa de Integridade alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais, incluindo o respeito a direitos humanos, sustentabilidade, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, identificação de beneficiários finais e gestão de conflitos de interesse, promovendo uma cultura de integridade, transparência e responsabilidade em todos os níveis da organização.

As atividades desenvolvidas pela área de Compliance não estarão subordinadas, em qualquer hipótese, à área de gestão de recursos ou área de distribuição, conforme disposto na Resolução CVM nº21 de 2021, artigo 4º, parágrafo 3º, incisos I e II.

## **Premissas**

A AZ QUEST está sujeita às leis anticorrupção, que responsabilizam a gestora, administrativamente e civilmente, pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, através de seus sócios, diretores, gerentes e Colaboradores

---

<sup>1</sup> O grupo AZ Quest é composto por: AZ Quest Holdings SA (CNPJ/ME nº 41.667.352/0001-82), AZ Quest Investimentos Ltda (CNPJ/ME nº 04.506.394/0001-05), AZ Quest MZK Investimentos Macro e Credito Ltda (CNPJ/ME nº 21.676.427/0001-84), AZ Quest Agro Ltda. (CNPJ/ME nº 48.401.513/0001-30), AZ Quest Infra Ltda. (CNPJ/ME nº 50.544.038/0001-01), AZ Quest Panorama Ltda. (CNPJ/ME nº 37.783.771/0001-02), AZ Quest Prev Ltda. (CNPJ/ME nº 59.312.965/0001-62) e AZ Quest Consultoria Ltda. (CNPJ/ME nº 62.081.185/0001-63).

que atuem em nome da sociedade.

Entre as práticas abusivas, estão vedadas as atividades de:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- no tocante a licitações e contratos:
  - i. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - ii. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - iii. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - iv. fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - v. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - vi. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
  - vii. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
  - viii. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## **Condutas e proibições**

Todos os Colaboradores e Parceiros estão proibidos de, no exercício de suas atividades e na defesa dos interesses:

- oferecer, prometer, fazer, autorizar ou proporcionar, diretamente ou através de

intermediários, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com a intenção de influenciar ou retribuir qualquer ação oficial ou decisão do referido Agente, em favor do próprio Colaborador ou Parceiro e/ou;

- consentir com o recebimento de qualquer tipo de vantagem que possa ser interpretada como forma de pagamento decorrente de atos lesivos à administração pública, principalmente os relacionados à prática de corrupção.

Os Colaboradores devem se comprometer a seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

A área de *Compliance* da AZ QUEST tem o compromisso de seguir os procedimentos internos e padrões de conduta a fim de minimizar os riscos de ocorrência de práticas de corrupção.

Em atendimento ao Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, a AZ QUEST conta com programa de *Compliance* para:

- comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa bem como pela destinação de recursos adequados;
- padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercida;
- padrões de conduta, ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- treinamentos periódicos sobre o programa de integridade, direitos humanos e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD-FT);
- gestão adequada de riscos, incluindo sua análise e reavaliação periódica, para a realização de adaptações necessárias ao programa de integridade e a alocação eficiente de recursos;;
- registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
- controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;
- procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de

autorizações, licenças, permissões e certidões;

- independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e mecanismos destinados ao tratamento das denúncias e à proteção de denunciante de boa-fé;
- medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
- procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- diligências apropriadas, baseadas em risco, para: a) contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente, bem como de seus familiares, estreitos Colaboradores e pessoas jurídicas de que participem; e c) realização e supervisão de patrocínios e doações;
- verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei no 12.846, de 2013;
- integração entre a Política Anticorrupção e a Política de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLD-FT), atuando de forma sinérgica para mitigar riscos;
- Gestão de conflitos de interesse, com identificação, reporte e mitigação, inclusive envolvendo terceiros;
- Procedimentos específicos para identificação, atualização e registro de beneficiários finais, reforçando a transparência e a prevenção de fraudes patrimoniais.

Todos os Colaboradores da AZ QUEST, através da assinatura do termo, dão ciência e cumprimento, conforme a legislação aplicável e às Normas Internas. É de responsabilidade individual a leitura e compreensão.

## **Governança e Responsabilização**

A AZ QUEST mantém instâncias colegiadas, como Comitê de Compliance, responsável pela avaliação de casos críticos, apuração de denúncias e aplicação de sanções, reforçando a governança e a transparência nos processos decisórios.

### **Atualização, Disseminação de cultura e Manutenção**

A presente política foi aprovada internamente, e seu conteúdo é disseminado para todos os Colaboradores da AZ QUEST, tanto pelas vias de contato cotidianas, como no processo de treinamento imediatamente após o ingresso do Colaborador, como no treinamento de atualização anual, conforme o inciso III do artigo 24 da Resolução CVM nº 21/2021.